

Um ano ímpar para o controle interno aracatiense

Rodrigo Mesquita

2017 foi um ano desafiador para os Municípios cearenses, sobretudo no que tange aos assuntos relacionados ao controle interno. Mais ainda às Controladorias municipais, cujos responsáveis ao mesmo tempo que (em muitas localidades) viviam a situação de iniciar algo novo pela alternância de poder, preocupavam-se em corresponder na integralidade todos os ordenamentos existentes.

Destarte, 28 de abril foi uma data marcante. Foi a publicação da Instrução Normativa 001/2017 pelo extinto Tribunal de Contas dos Municípios. Em respeito à verdade, essa normatização apenas consolidou obrigações já existentes na Lei de Responsabilidade Fiscal, outras Instruções Normativas, Lei nº 4.320, bem como a compilação de outras legislações. Causou *frisson* na área, para não dizer calafrios. Poucos perceberam que na realidade o Tribunal oferecia um valioso instrumento para a solidificação das controladorias, fornecendo em detalhes o passo a passo do que deveria ser materializado. Obviamente a situação das municipalidades são por demais diferentes, sobretudo na questão do controle de gasto de pessoal e organização das finanças públicas.

Diante da realidade e dos desafios impostos, o Município do Aracati/CE fez sua parte: Primeiramente retirou a controladoria e a ouvidoria da hierarquia do Gabinete do Prefeito e criou a Controladoria e Ouvidoria Geral do Município-COGEM, com independência orçamentária e autonomia de ações. Após isso, reformulou a lei que criava o Sistema de Controle Interno do Executivo, dando outras atribuições e responsabilidade, garantindo a realização de concurso público para auditores e obrigando que o chefe do setor, além de comprovado conhecimento técnico, tenha conduta ilibada. Mas o cuidado na composição se estendeu para toda a equipe, que atualmente é formada por profissionais de nível superior nas áreas de contabilidade, direito e afins.

Para consecução de atividades com qualidade e rigor técnico a Controladoria do Aracati preocupou-se de pronto com a capacitação da equipe. Entre treinamentos e cursos de vários temas desde ouvidoria, atendimento e auditoria, a COGEM internalizou conhecimentos para poder executar atividades ou mesmo reproduzir para os demais setores controlados a argúcia necessária. Para os últimos foram realizadas capacitações individuais com os órgãos e setores estratégicos, treinamentos de controle interno, estágios da despesa, operacionalização de sistemas contábeis dentre outros.

Outro ponto de preocupação foi a criação de ritos administrativos dentro da gestão. Então a Controladoria auxiliou na criação do Decreto Municipal que instituiu o fluxo da despesa, bem como os itens necessários para os processos de pagamentos. E foi além, ao longo do ano foram publicadas 10 Instruções Normativas que tratam de como devem ser cuidados os convênios de despesa, requisição de diárias, controle de frota e abastecimento, bem como outros segmentos que merecem olhar atendo sobre sua execução.

Em termos de atribuições expressas pode se dizer que a COGEM teve um ano bastante movimentado: Centenas de manifestações recepcionadas presencialmente ou eletronicamente através da ouvidoria, 02 auditorias de regularidade, 02 auditorias especiais, dezenas de consultas técnicas ao TCE para melhor assessorar as secretarias, elaboração de pareceres por requisição de órgãos, elaboração de relatório de controle interno de contas anuais de ordenadores de despesa, criação de site próprio (contendo itens de transparência, identidade organizacional e serviços), criação de rede onde as secretarias indicaram representantes de controle interno, os quais devem elaborar relatórios administrativos/financeiros mensalmente e proposição de criação do Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal, onde as secretarias instrumentais buscam otimizar e monitorar as despesas.

Diversas atividades extras, mas que engrandecem e melhoram a qualidade do controle foram realizadas: Termo de Cooperação Técnica com Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, assinatura de parceria com a Controladoria Geral do Estado do Ceará para ações conjuntas, criação, em conjunto com as controladorias da região do Fórum Permanente de Controladorias do Litoral Leste, além de tornar-se o primeiro município do interior brasileiro a ser membro associado do Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI.

Os resultados começam a aparecer. O município retirou todas as inadimplências e irregularidades perante os órgãos federais e estaduais, deixando CAUC e a certificação da Controladoria Geral do Estado sem pendências. Quanto ao limite de gasto de pessoal verificou-se o total respeito a LRF (42,67% da RCL do 2º Quadrimestre de 2017). Aracati recebeu nota 10 no Índice de Transparência Municipal (ITM) do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O valor total gasto por todas as secretarias durante todo o ano de 2017 com diárias compara-se ao valor gasto por apenas 1 servidor no ano de 2016. Se continuarmos olhando para as despesas, podemos citar reduções em torno de 50% com combustível (mesmo com os sistemáticos aumentos nos preços nacionais), economia de mais de 40% nos gastos com telefonia. Os gastos com aluguéis para funcionamento de prédios públicos entram também no rol das sensíveis reduções. Outros itens de custeio só não entram na mesma contabilização porque houve a necessidade de quitar dívidas de anos anteriores, tal como salários de servidores (que neste ano não sofreu atrasos). Esforços como estes possibilitaram o investimento em diversas áreas prioritárias, como na saúde, que ultrapassou em muito os gastos constitucionais



CONACI

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE INTERNO

obrigatórios e na educação, que começa a apresentar sinais que possuirá avanços tecnológicos em sua didática.

É pacífico que tanto as ações quanto os resultados só foram possíveis por conta de um grande esforço em conjunto das secretarias, que compreenderam a necessidade do esforço e, principalmente, da vontade política de ação do Chefe do Poder Executivo, mesmo cômico dos revezes que poderia sofrer por conta dos costumes reproduzidos pelo *status quo*. Porém o profundo respeito às leis e a certeza dos frutos positivos motivam a continuar, por mais atribulado que seja o caminho. E se este foi um ano de desafios, 2018 terá a mesma tônica, mas com a responsabilidade de avançar ainda mais. Muitas dificuldades ainda restam para ser superadas. Mas a consolidação dos controles internos e a compreensão do papel das controladorias é fundamental para construirmos municípios, estados e um país melhor.

Rodrigo Mesquita, bacharel em Ciências Políticas pela Universidade de Fortaleza e especialista Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará, é controlador geral do Município do Aracati/CE e membro associado do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI).

Obs: O conteúdo do artigo é de total responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a opinião do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).